

Redução de gastos das câmaras municipais deve ser votada hoje

Mudança na Constituição em estudo prevê seis faixas para as despesas, de acordo com a população do município. Plenário decide se acolhe proposta original ou substitutivo, que define apenas três faixas

■ CCJ

Sabatina de defensor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve sabatinar hoje o defensor público-geral da União, Reinaldo Silva Coelho, indicado pelo presidente da República para um novo mandato, no biênio 1998/2000.

PÁGINA 3

■ ORÇAMENTO

Novas regras podem sair logo

As regras de tramitação do Orçamento para 1999 deverão ser aprovadas antes do envio da revisão da proposta, previsto para o dia 6 de novembro. A informação é do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

PÁGINA 3

CAE



Na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores analisam os pedidos de crédito externo

Empréstimos geram debate

Os senadores debateram ontem na Comissão de Assuntos Econômicos os empréstimos externos que vêm sendo submetidos à apreciação da Casa. José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que só na reunião de ontem a CAE aprovou um total de

US\$ 805 milhões em operações de crédito. Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e José Fogaça (PMDB-RS) defenderam esses empréstimos, que consideram importantes para o país.

PÁGINAS 7 E 8

O Senado deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais a percentuais das receitas, variáveis conforme a população. Pela PEC, que define seis faixas, os pequenos municípios (até 10 mil moradores) poderão gastar até 8% de sua arrecadação com o custeio de seu Poder Legislativo. Cidades com mais de 1 milhão de habitantes só poderão comprometer 3% de suas receitas com a manutenção de suas câmaras. A proposta original, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), recebeu substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que reduz as faixas para apenas três.

PÁGINA 3

Senadores homenageiam Kleinübing

Senadores de diferentes partidos destacaram ontem a trajetória política do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), recentemente falecido. Na sessão da tarde, 16 senadores ocuparam a tribuna para destacar a atuação do parlamentar e aprovaram um requerimento determinando o envio de voto de profundo pesar à família de Kleinübing. Decidiram também dar o nome do senador à sala de reuniões da CAE.

PÁGINAS 4, 5 E 6



Wilson Kleinübing

★ 1944
† 1998



ACM, ao lado de Suplicy (D), diz que juros caem com o ajuste fiscal

Prioridade ao ajuste fiscal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu que o ressentimento natural de aliados do governo que perderam eleições nos estados não impedirá a aprovação do ajuste. Segundo ele, o Congresso está consciente da necessidade das medidas.

PÁGINA 2

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Assunto: Unibiótica
 7h30 - *Especial Unip* - o médico Dráuzio Varella entrevista Beatriz de Camargo. Assunto: Câncer de criança - 1ª parte
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Hidroginástica
 8h30 - Jornal do Senado
 8h55 - Senado em Pauta
 9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque: o Folclore Goiano
 9h55 - *Entrevista* - O cineasta Nelson Pereira dos Santos fala sobre *Cinema Brasileiro*
 10h - *Comissão de Constituição e Justiça Em Discussão*: Projeto que estabelece normas de acesso ao Siasi (Sistema de Administração Financeira) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos
 12h - *Cores do Brasil* - o Rio de Janeiro
 12h30 - *Entrevista* - O cineasta Nelson Pereira dos Santos fala sobre *Cinema Brasileiro*
 13h - *Cores do Brasil* - a Reserva Biológica
 13h30 - *Agenda Econômica* - O professor de Economia da UnB, Dércio Munhoz, fala da crise econômica mundial
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo) - Deliberativa
 Em votação (1º turno): Proposta de emenda constitucional que limita gastos com câmaras municipais
 18h30 - *Entrevista* - O cineasta Nelson Pereira dos Santos fala sobre *Cinema Brasileiro*
 18h55 - Senado em Pauta

19h - *Cores do Brasil* - o Ceará
 19h30 - *Agenda Econômica* - O professor de Economia da UnB, Dércio Munhoz, fala da crise econômica mundial
 20h30 - *Entrevista* - O cineasta Nelson Pereira dos Santos fala sobre *Cinema Brasileiro*
 21h - Jornal do Senado
 21h15 - *Palestra* - Lideranças do século XXI
 22h - Plenário (reapresentação)
 Logo após o Plenário, assista à *entrevista de Fernando Cesar Mesquita com a cantora Fafá de Belém*
 Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 10h - Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 0h - Reprise da sessão plenária
 Em seguida - Música e informação

ACM não teme dificuldade em aprovar ajuste fiscal

Presidente do Senado afirma que ressentimento de aliados governistas derrotados nos estados não prejudicará tramitação das medidas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, mesmo reconhecendo a existência de um ressentimento natural por parte de aliados do governo derrotados nas eleições em alguns estados, disse que isso não impedirá a aprovação das medidas do ajuste fiscal. Ele previu que a necessidade do ajuste para o país deverá prevalecer.

— Tudo vai ser menor diante da

presteza com que o Congresso tem que agir em relação ao ajuste fiscal — ressaltou.

Apesar de garantir apoio ao ajuste fiscal que o governo pretende implementar, Antonio Carlos explicou que isso não significa que o Congresso deixará de analisar cada uma das medidas propostas. Ele confirmou que o ajuste deverá ser votado até o final do ano.

— O Congresso sabe que o país precisa mais do que nunca fazer o seu ajuste fiscal. Como fazê-lo, é o que nós vamos decidir diante da proposta do presidente — afirmou.

Antonio Carlos observou que os juros estão altos no Brasil justamente pela falta do ajuste fiscal. "Na hora em que for feito, provavelmente os juros vão baixar, e têm de baixar, pois eles estão extorsivos", afirmou.

Senador busca saída para não elevar impostos

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem, após assistir ao pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso anunciando o ajuste fiscal, que o Congresso reserva-se o direito de buscar outras fontes de receita, inclusive quanto ao aumento da CPMF pretendido pelo governo.

— O Congresso vai aprovar o plano de estabilização fiscal porque ele é indispensável ao país. Entretanto, é dever do Congresso estudar, e até procurar outras fontes para os cortes ou aumento de impostos, desde que chegue ao mesmo total necessário para diminuir o déficit público — afirmou.



Antonio Carlos assiste, pela TV, ao pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso

Antonio Carlos reconheceu que a aprovação do aumento de 0,38% para a CPMF será polêmica.

— Há dificuldades, porque o Congresso habitou-se a 0,30%. Nós vamos examinar se isso é totalmente indispensável ou se podemos buscar esses 0,08% de alguma outra fonte, que não seja a CPMF

O senador explicou que as propos-

tas alternativas deverão surgir da discussão do assunto nas comissões técnicas do Congresso, mas enfatizou a necessidade de que a tramitação seja a mais rápida possível:

— Temos urgência, à medida que o país precisa dar uma demonstração, sobretudo externa, de que entrou no caminho da estabilidade fiscal, e dele não quer mais sair.

Marinha pede apoio para empréstimo

O secretário-geral do Ministério da Marinha, almirante-desquadra Carlos Edmundo de Lacerda Freire, pediu ontem o apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que a Casa autorize uma solicitação de empréstimo que a ins-

tituição está pleiteando junto a um banco sueco, no valor de US\$ 40 milhões. O dinheiro seria utilizado na aquisição de torpedos.

Segundo informou Carlos Edmundo Freire, o pedido de autorização do empréstimo de-

verá chegar ao Senado na próxima semana.

Ele também solicitou a Antonio Carlos apoio para que a própria Marinha, em lugar do governo federal, decida onde serão feitos os cortes no seu orçamento, exigidos no ajuste fiscal.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
 Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA

- ▶ Senador Antonio Carlos Magalhães
- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: *PDL nº 95/98, que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1998; *Votação da PEC nº 15/98, que limita a despesa com funcionamento do Poder Legislativo municipal; *PDL nº 112/97, que renova a permissão à Rádio Iguatemi FM, na cidade de Bebedouro (SP); *PDL nº 113/97, que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. na cidade de Catalão (GO); *PDL nº 121/97, que renova a concessão da Rádio Cultura na cidade de Cambará (PR); *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31/12/73, que permite troca do nome por apelido "público e notório"; *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; *Parecer nº 512/98, que submete o nome de Leonaldo Silva para compor o Tribunal Superior do Trabalho; *Parecer nº 513/98, que submete o nome de Maria de Fátima Montandon Gonçalves para compor o Tribunal Superior do Trabalho; *Parecer nº 514/98, que submete o nome de Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo para compor o Tribunal Superior do Trabalho; e *Parecer nº 515/98, que submete o nome de senhor José Alberto Rossi para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 52/95, sobre a participação de empresas estrangeiras na assistência à saúde no país; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; e *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição, dispondo sobre serviços notariais e de registro. Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 5
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 007/95, que revoga os arts. 723, 724 e 725 do Decreto-Lei nº 5.452/43, que aprova a CLT; *PLC nº 25/93, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da CLT; *PLC nº 9/95, que altera dispositivos da CLT, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; *PLC nº 74/94, que acrescenta parágrafo ao art. 482 da CLT, que trata da rescisão do contrato de trabalho por justa causa; e *PLS nº 131/96, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Local: Ala Alexandre Costa - sala 9
- ▶ 10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
- Pauta: Apreciação e votação de créditos adicionais. Local: Plenário nº 02 do Anexo II

O plenário também deve apreciar hoje projeto de lei que regulamenta plebiscito e referendo



Plenário vota emenda que limita os gastos municipais

Conforme a proposta do senador Esperidião Amin, gastos com câmaras de vereadores irão variar de 3% a 8% do total da arrecadação

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores, criando parâmetros variáveis de acordo com o número de habitantes de cada município. Pelo projeto, quanto maior a população do município, menor será o percentual da arrecadação destinado à câmara de vereadores.

Amin propõe seis faixas para os gastos das câmaras, que vão de 8%

da arrecadação nos pequenos municípios (até 10 mil habitantes) a 3% para cidades com mais de 1 milhão de moradores. O autor justifica a proposta lembrando que a legislação atual prevê que gastos com salários de vereadores não podem passar de 5% da receita municipal, mas algumas câmaras encontraram formas de contornar o limite, fixando vantagens financeiras indiretas para os vereadores. Ele quer que o limite seja para toda a câmara.

A emenda conta com parecer favorável do relator na CCJ, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), o qual, no entanto, propôs substitutivo alterando de seis para três as faixas de gastos das câmaras, sendo a maior de 8% e a menor de 6%.

O plenário também deve votar amanhã projeto de lei de autoria do ex-senador Nelson Carneiro que regulamenta a realização de plebiscito e de referendo e a apresentação de projeto de lei por parte dos eleitores.

Senadores podem sabatinar hoje defensor público-geral da União

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), pode sabatinar hoje o defensor público-geral da Defensoria Geral da União, Reinaldo Silva Coelho, indicado pelo presidente da República para um novo mandato, no biênio 1998/2000. O relator da matéria é o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Reinaldo Silva Coelho foi advogado-de-ofício da Justiça Militar Federal no estado de São Paulo e

advogado militante no Fórum de São Paulo desde 1958, além de ter trabalhado em várias empresas. Foi também membro fundador da Associação dos Advogados Criminais de São Paulo.

SAÚDE

Na pauta da CCJ está também a proposta de emenda à Constituição (PEC) que suprime dispositivo que veda a participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde no país. A PEC tem como primeiro signatário o senador Júlio Campos (PFL-

MT), e recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Jefferson Péres (PSDB-AM). O senador Bernardo Cabral apresentou voto em separado pela rejeição da matéria.

Também na pauta da CCJ está uma consulta do presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, sobre quem substitui o presidente do Congresso Nacional em caso de este ser convocado a assumir a Presidência da República e em seus impedimentos habituais.

Veículo pode ter prazo para sair de linha

Interromper a fabricação de veículos lançados no mercado há menos de cinco anos será proibido se for aprovado projeto de autoria do senador João França (PPB-RR). A matéria, que será examinada hoje, às 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, é relatada pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que ofereceu substitui-

tivo.

O senador João França esclarece que o objetivo do projeto "é compatibilizar o interesse do cidadão com o dos fabricantes, resguardando o consumidor das discontinuidades na fabricação de veículos".

Quintanilha, relator da matéria, afirma que seu substitutivo reconhece "a razão primordial que

moveu o senador João França" e acrescenta outros produtos "também merecedores de igual atenção".

Discordando do relator, no entanto, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou um voto em separado pedindo que sejam mantidas as condições constantes apenas no projeto original do senador João França.

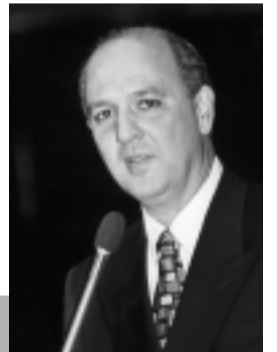
Líderes fixam regras para exame do Orçamento

As regras específicas de tramitação do Orçamento para 1999 deverão ser aprovadas pelo Congresso antes do envio da revisão da proposta orçamentária originalmente apresentada pelo Executivo, previsto para o dia 6 de novembro, assegurou ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para ele, a reunião informal das lideranças partidárias na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada ontem à tarde, "teve avanços significativos" para a definição do rito sumário da tramitação.

Hoje, às 15 horas, em reunião já convocada pelo presidente da comissão, deputado Lael Varela (PFL-MG), deverá ser fechado o texto que modifica a Resolução nº 2, a ser submetido à deliberação do plenário do Congresso na semana que vem. Segundo Tebet, o debate de ontem caminhou para o consenso de formar um colegiado composto pelo relator-geral e sete relatores adjuntos, o que implicará a eliminação da etapa das subcomissões temáticas "sem prejudicar o trabalho parlamentar de análise do Orçamento".

Em vez de os relatórios setoriais de cada subcomissão serem primeiro aprovados na subcomissão para, depois, serem submetidos ao plenário da comissão, como regulamenta a Resolução nº 2, eles irão direto à deliberação geral da comissão, ressalvados os destaques apresentados pelos parlamentares. Os destaques aos relatórios setoriais, em vez de serem aprovados ou rejeitados pela comissão, deverão ser antes analisados pelo colegiado, o que permitirá a busca de um consenso em torno da redução do total de destaques a serem submetidos ao plenário da comissão.

Para o governo, disse o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), "o importante é que há um consenso de que todos os esforços serão concentrados no cumprimento do prazo constitucional de 15 de dezembro" para a votação do Orçamento pelo plenário do Congresso.



Arruda: votação deve ocorrer até 15 de dezembro

Senadores reverenciam memória de Kleinübing

A trajetória política e pessoal do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) dominou os trabalhos de ontem no Senado. Já pela manhã, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores decidiram enviar condolências à família do parlamentar, ressaltando o trabalho de Kleinübing na comissão. As homenagens continuaram na sessão deliberativa, com a aprovação de requerimento de autoria do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, expressando voto de profundo pesar, e a suspensão dos traba-



Vilson Kleinübing

lhos. Em apoio ao requerimento, 16 senadores ocuparam a tribuna. A tônica dos pronunciamentos foi a constante preocupação de Kleinübing com a austeridade e o controle da dívida pública.

– Poucas pessoas nos últimos anos pontificaram na CAE como Kleinübing. Por isso, a homenagem tem o significado maior do exemplo de um homem que se destacou por amor à causa pública – afirmou Antonio Carlos.

Amin aponta compromisso permanente com equilíbrio das finanças públicas

“Tomar as medidas verdadeiras e definitivas para equilibrar as contas públicas – esta é a melhor homenagem que podemos prestar a Vilson Kleinübing”, afirmou o senador Esperidião Amin (PFL-SC). Ele lembrou que o país está vivendo o momento do ajuste fiscal, que deve ser anunciado hoje pelo governo federal e, em seguida, examinado pelo Congresso.

Amin relatou os momentos de dor que viveu, no final da semana passada, em Florianópolis, junto aos familiares, admiradores e até adversários de Kleinübing que se reuniram para acompanhar seus últimos instantes e



Esperidião Amin

recordar a contribuição como homem público, nos muitos cargos que exerceu.

Para Amin, trata-se de um homem público da melhor estirpe, um exemplo a ser seguido sempre.

“Como síntese de sua participação no Senado, devemos lembrar sua luta incessante pelo equilíbrio das contas públicas, sua vigilância em relação aos interesses do erário. Por isso afirmo que suas qualidades farão muita falta ao Senado, neste momento em que iremos decidir sobre as medidas de ajuste das contas do governo”, concluiu.

Ademir lembra os bons conselhos que aproveitou

Tristeza e surpresa foram os sentimentos que o senador Ademir Andrade (PSB-PA) mencionou ontem ao homenagear em plenário a memória do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). “Vimos na presença dele tanta segurança, firmeza e tranqüilidade que não imaginávamos sua morte em tão pouco tempo e tão jovem”, lastimou.

Ademir elogiou a capacidade de Kleinübing para conversar, ocasião em que ficavam demonstradas sua integridade, honestidade e boa índole. “Creio que foi ele a pessoa com quem construí minha maior amizade nesta Casa”, disse ainda.



Ademir Andrade

Conforme o parlamentar, foi a conselho de Kleinübing que ele começou a correr no parque de Brasília, convencido das vantagens desse esporte para melhorar a qualidade de vida.

Ademir também afirmou que Kleinübing era um parlamentar do PFL, com idéias diferentes das do PSB, mas que não gostava de impor seus pontos de vista. “Ele gostava de dialogar, tinha paciência e muitas vezes eu terminava convencido por ele”, declarou o parlamentar. “Aproveitei muitos dos seus conselhos. Apreendi muito com ele. Todas as dúvidas que tive as dissipei com Vilson Kleinübing”, acrescentou.

Família e estado receberão condolências

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o senador Esperidião Amin (PFL-SC) lideraram o requerimento, aprovado por unanimidade, para dedicar a sessão de ontem a reverenciar a memória do senador Vilson Kleinübing, falecido na sexta-feira, vítima de câncer no pulmão.

Ficou decidido, ainda, que o Senado apresentará condolências à família, ao estado de Santa Catarina e à prefeitura de Blumenau, onde Kleinübing exerceu as funções de governador e prefeito, respectivamente.

Conforme o requerimento, assinado por cerca de 15 senadores, a marca registrada de Klei-

nübing sempre foi a defesa das contas públicas. “Como prefeito e governador, nunca houve um dia em que eu tenha produzido déficit. Também nunca tomei um centavo emprestado do governo federal”, diz o documento, citando as frases favoritas do senador por Santa Catarina.

Elcio salienta simplicidade e capacidade de trabalho



Elcio Alvares

Uma pessoa simples, cujo principal valor da vida era a amizade. Assim o senador Elcio Alvares (PFL-ES) definiu o senador Vilson Kleinübing, durante a homenagem a ele dedicada ontem em plenário.

O líder do governo ressaltou a simplicidade e a capacidade de trabalho do parlamentar. Como última recordação, Elcio guarda as palavras de apoio a ele dirigidas por Kleinübing, diante dos resultados eleitorais no Espírito Santo, e a preocupação do senador catarinense com o câncer.

– Ele estava feliz com a performance do PFL em seu estado, mas muito preocupado com o retorno da doença – contou.

Elcio Alvares ressaltou que se aproximou muito do senador catarinense devido aos trabalhos na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele lembrou do episódio da sua nomeação para o cargo de líder do governo no Senado, quando indicou Kleinübing vice-líder para assuntos econômicos.

– Disse a ele que seria um líder para a área econômica. A indicação foi totalmente endossada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – lembrou.

Napoleão recorda “garra” na defesa das idéias

O senador Hugo Napoleão, líder do PFL, afirmou ontem que Kleinübing “desde cedo manifestou amor à causa pública”, e bastavam alguns minutos de conversa com ele “para sentir que se tratava de um homem de ideais e de elevado espírito público”.

– Vilson Kleinübing exalava o seu ideal de Brasil. E ele defendia suas idéias com garra. Quem não se lembra da garra com que ele trabalhou na CPI dos Precatórios? – enfatizou.



Hugo Napoleão

Napoleão disse que também foi submetido à mesma cirurgia que Kleinübing, em 1987, mas “felizmente tratava-se de um tumor benigno”. O líder do PFL, partido ao qual pertencia Kleinübing, encerrou sua homenagem citando o filósofo e orador romano

Sêneca: “Que ele encontre na morte o porto tranqüilo do eterno repouso”.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) assinalou que Kleinübing “era homem de idéias e as defendia com destemor”.

Suplicy elogia rigor no exame de pedidos de empréstimo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o rigor com que o senador Vilson Kleinübing examinava os pedidos de empréstimos formulados à Casa. Segundo Suplicy, qualquer que fosse a natureza do empréstimo, pedido por um grande estado ou um pequeno município, o senador destinava a ele a mesma atenção.

Suplicy assinalou a firme atuação do senador na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como também sua destacada pre-



Eduardo Suplicy

sença na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou os títulos públicos, mais conhecida como CPI dos Precatórios. Suas participações relevantes na tribuna do Senado também foram destacadas pelo representante paulista.

O carinho do povo catarinense para com o senador foi observado por Suplicy durante o funeral. Ele destacou também o grande respeito manifestado por todos, inclusive pelos integrantes de partidos de oposição.

Agripino destaca apego à probidade administrativa

Segundo o senador José Agripino (PFL-RN), o senador Wilson Kleinübing preferia abrir mão de sua popularidade para não ter de abrir mão do interesse público, tal era seu apego à probidade administrativa. Agripino também ressaltou os laços de amizade que mantinha com o senador, cuja perda resultou, para ele, em uma "tristeza profunda".

Para o senador, Kleinübing não negociava o interesse público. Lembrou um caso, contado pelo falecido senador, em que este foi procurado por vários empresários que queriam contribuir com sua campanha, e disseram: "Nós não dependemos do governo e aqui estamos para que, no futuro, você



José Agripino

não tenha que dar uma resposta que você não quer dar".

Para Agripino, Kleinübing era também "um permanente defensor do futuro sustentado em bases modernas", de quem o Senado vai sentir muita falta. O parlamentar nordestino destacou sua amizade com o senador, e as visitas que ocasionalmente se faziam, em Santa Catarina e no Rio Grande do Norte. Disse que o respeitava tanto como líder de seu estado quanto como companheiro de partido. Agripino lamentou não ter comparecido ao enterro do amigo, mas afirmou que estará em sua missa de sétimo dia, ao lado de seus familiares.

Odacir enfatiza luta contra o endividamento público

A luta do senador Wilson Kleinübing pela redução do endividamento público e do tamanho da máquina estatal foi lembrada pelo senador Odacir Soares (PTB-RO). Trazendo sua solidariedade e a de seu partido às homenagens prestadas ao senador, Odacir ressaltou a contribuição de Kleinübing em trazer à arena pública a discussão sobre o que considera o maior problema brasileiro



Odacir Soares

hoje, que é o déficit público.

Para Odacir, Kleinübing identificava-se com o Parlamento moderno e era a personificação do político contemporâneo, na sua luta pela diminuição do tamanho do Estado e da dívida pública. "Espero que alguém possa substituí-lo nessa luta pelo controle dos gastos e do endividamento público", finalizou.

Tuma ressalta dedicação durante CPI dos Precatórios

"A essa altura, ele deve estar conferindo o orçamento do Céu, sentado à mão direita de Deus", afirmou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), ao reverenciar ontem a memória de Wilson Kleinübing (PFL-SC), durante a sessão solene que o Senado realizou quatro dias depois de sua morte.

Tuma celebrou principalmente a dedicação de Wilson Kleinübing aos trabalhos da CPI dos Precatórios.

Segundo Tuma, sem os esforços do senador catarinense, a CPI não teria alcançado tanto êxito na obtenção de provas contra os responsáveis por irregularidades



Romeu Tuma

praticadas em prejuízo da administração pública. "Ele se tornou um nome nacional, graças ao seu empenho, competência e à obstinação pelo trabalho, o que lhe deu forças para lutar contra a moléstia até os últimos dias de vida", afirmou.

Ele lembrou também que, tendo constatado o câncer há dois anos, Kleinübing jamais se entregou à doença; e, enfrentando o tratamento quimioterápico, jamais se concedeu autocomiseração. "Pelo contrário, sabedor da importância dos trabalhos que vinha desenvolvendo, deu o máximo de si em plenário e nas comissões que integrava", disse.

ACM fala que senador foi "símbolo de dignidade"

Presidente do Senado manifesta saudade e afirma que Kleinübing teve carreira marcada por competência, sinceridade e alto espírito público

"É grande a saudade que ele deixa entre nós e importante o exemplo de dignidade do parlamentar e do homem público." A afirmação é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao encerrar a sessão de ontem em homenagem à memória de Wilson Kleinübing, que morreu na última sexta-feira.

Antonio Carlos disse que os discursos de homenagem feitos em plenário traduzem a unanimidade do Senado em relação "a essa figura que pontificou nesta Casa e, em particular, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)". O presidente explicou que para o político é importante ser querido e respeitado, mas se não alcançar as duas metas



Wilson Kleinübing

simultaneamente, fundamental é que seja respeitado.

— Assim era Wilson Kleinübing. Tinha o respeito de todos nós. Por isso mesmo, quando divergia, todos sabiam que falava com sinceridade, com competên-

cia e, sobretudo, com espírito público. Poucas pessoas, nos últimos anos, pontificaram tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como Wilson Kleinübing.

O presidente do Senado afirmou que a iniciativa de dar à CAE o nome do senador morto tem um significado maior que uma homenagem. "Tem o significado de um exemplo que fica para os senadores, atuais e futuros, de verem na sua figura um homem que se des-

tacou pelo amor à causa pública, sobretudo em defesa dos assuntos econômicos", disse ele.

Conforme Antonio Carlos, Kleinübing poderia até divergir de todos, mas ficava na posição ditada por sua consciência e que, "de modo geral, era a que mais interessava ao país".

Antonio Carlos lembrou as palavras que disse à família do morto por ocasião do enterro, e declarou que, nas homenagens feitas ontem, o Senado cumpriu estritamente o seu dever para com a sociedade brasileira.

— Mais do que isso, o Senado cumpre o seu dever com o povo deste país, que quer procedimentos sérios de seus representantes e que tinha em Wilson Kleinübing um símbolo de dignidade parlamentar — afirmou.

"Um verdadeiro homem público", diz Francelino

Depois de dizer que ficou aturdido com a rapidez com que o câncer progrediu no corpo de Wilson Kleinübing, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou ontem que o ex-governador, ex-prefeito, ex-deputado e senador "foi um verdadeiro homem público".

— São muitos os políticos do país. Mas homens públicos são



Francelino Pereira

poucos. Kleinübing foi um deles — assinalou.

Francelino lembrou que Kleinübing chegou a pensar que tinha vencido a doença, depois de ter feito tratamento com quimioterapia. "Depois do tratamento, ele estava tranquilo

quanto ao seu destino. Por isso, a notícia da volta do câncer pegou a todos de surpresa."

Nome difícil e exemplo de senador, observa Lúdio

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) lembrou que, ao viajar pelo Mato Grosso do Sul, os amigos sempre perguntam como é o Senado e como são os senadores. A resposta era sempre a mesma. "Realçava que na bancada de Santa Catarina tínhamos um senador muito qualificado, cujo nome nem sei pronunciar direito, Wilson Kleinübing, com quem me alinhava nas idéias de acertar as



Lúdio Coelho

contas públicas", afirmou o senador.

Lúdio Coelho acrescentou que costumava conversar com o senador Wilson Kleinübing sobre a permanente aprovação de empréstimos e de rolagem de dívidas dos estados. O senador rendeu sua homenagem ao colega, disse que a família só tem motivos de orgulho pela trajetória de Kleinübing na vida pública.

Para Jefferson, doença não tirou "ânimo combativo"

Ao homenagear Kleinübing, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lembrou sua luta em favor do erário público. "Ele sempre se espantava ao ver, no Senado, a bancada dos interesses religiosos, a dos produtores rurais, a dos trabalhadores, mas não uma bancada para defender a 'viúva', ou seja, o erário público. Por isso se esmerou "em ser intrépido defensor do dinheiro público, mostrando ânimo combativo que nem a doença tirou", disse, com emoção.

Para Jefferson, ele pode ser considerado profeta porque vaticinou ser o endividamento público brasileiro uma bomba que, se não fosse desarmada, iria explodir com grandes danos ao país. "É uma ironia do destino que, quando nos preparamos para examinar as medidas de saneamento fiscal, seu mais ardente defensor não esteja conosco", afirmou.



Jefferson Péres

CAE lembra atuação de Kleinübing

Comissão de Assuntos Econômicos presta homenagem de reconhecimento ao trabalho do senador catarinense, que foi um de seus membros mais destacados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por iniciativa de seu presidente, senador Pedro Piva (PSDB-SP), homenageou ontem o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), falecido na sexta-feira. Piva decidiu encaminhar carta aos familiares de Kleinübing manifestando pesar e o reconhecimento da comissão ao trabalho desenvolvido pelo senador.

Segundo Piva, Kleinübing destacou-se pela dedicação à causa da organização das contas do governo e do combate ao déficit público.

— Era um dos mais brilhantes, assíduos e competentes membros da comissão. Além disso, era uma figura humana extraordinária, que honrou a Casa e esta comissão. É com pesar que registro esta homenagem, em nome de todos os membros da CAE — disse o presidente da comissão.

O senador Eduardo Suplicy (PT-



Vilson Kleinübing

★ 1944
† 1998

Para Gerson Camata, Kleinübing foi “um profeta” ao advertir sobre déficit público



SP) solidarizou-se com Piva, salientando que Kleinübing era rigoroso na análise dos empréstimos de estados e municípios e teve destaque em sua atividade na CPI dos Títulos Públicos:

— Aprendemos muito com ele. Foi dele a iniciativa de aperfeiçoar a resolução que define a análise, pelo Senado, dos pedidos de autorização de empréstimos — afirmou o senador do PT.

Como homenagem ao colega, Suplicy cobrou dos senadores o cumprimento da Resolução 78/98, baseada em substitutivo de Kleinübing, principalmente do artigo 30, que determina que empréstimos

para estados só devem ser autorizados com a presença de representantes da área de finanças daquela unidade da Federação e do Banco Central, com a finalidade de prestarem esclarecimentos aos senadores.

PROFETA

Para o senador Gerson Camata (PMDB-ES), caso o governo tivesse escutado as advertências de Kleinübing sobre o perigo do aumento do déficit público, provavelmente o país não estaria às vésperas de enfrentar uma séria crise econômica.

— Morreu um profeta que nos advertia diariamente de que o dé-

ficit público poderia explodir. A profecia está começando a se realizar. Vamos sentir, cada vez mais, a sua falta, principalmente neste momento — declarou Camata.

O senador Elcio Alvares (PFL-ES) afirmou ser um dever, como líder do governo no Senado, registrar sua admiração por Kleinübing. Para ele, o senador por Santa Catarina teve atuação destacada não apenas na CAE, mas em todo o Senado.

Elcio Alvares disse ter tomado conhecimento da vocação de Kleinübing para a vida pública por intermédio do senador Esperidião Amin (PPB-SC). Por isso, contou, decidiu entregar a condução dos assuntos da área econômica, de interesse do governo federal, a Kleinübing, nomeando-o seu vice-líder.

— O trabalho de Kleinübing é uma homenagem aos que fazem do mandato um exercício de amor ao Brasil. Sua morte vai deixar um vácuo que deve ser preenchido pelo trabalho dos colegas que ficam — completou Elcio.

Ramez Tebet ressalta a amizade

Ao ressaltar as qualidades de Vilson Kleinübing como homem público, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sublinhou também suas virtudes de amigo, dizendo que ele mereceu a admiração de cada um dos colegas. Tebet louvou o empenho de Kleinübing em combater o déficit público e em defender a austeridade administrativa, “metas amparadas no entendimento de que o Senado precisa ter a responsabilidade de ser o controlador da Federação brasileira”.

Tebet lembrou o esforço de Kleinübing em fazer com que cada município evitasse o endividamento, cujos processos de autorização são submetidos à deliberação do Senado. Disse ter sugerido uma vez que o colega colocasse a realidade municipal acima da letra fria da lei, mas este argumentou que, em matéria de dinheiro público, não devia haver exceção.



Ramez Tebet

Campos destaca personalidade forte e coerência das idéias

Frisando que prestava sua homenagem com profunda tristeza, o senador Júlio Campos (PFL-MT) sugeriu ontem que a sala da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tivesse o nome do senador Vilson Kleinübing. Enquanto discursava, Campos foi informado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) de que requerimento nesse sentido já estava sendo encaminhado à Mesa do Senado.

Ao lembrar a convivência que mantiveram na CAE, Júlio Campos destacou a personalidade forte, digna e honrada, a firmeza e a coerência das idéias de Kleinübing. “Estamos vendo um pacote econômico sendo lançado nas próximas horas em consequência dos gastos excessivos. Se tivéssemos seguido seus conselhos, muitos estados estariam com suas finanças melhores hoje”, afirmou o senador.

Júlio Campos lembrou a traje-



Júlio Campos

tória política de Kleinübing, desde sua gestão como secretário estadual de Agricultura até a eleição para o Senado, passando pela prefeitura de Blumenau e pelo governo do estado de Santa Catarina, “onde fez uma administração magistral”. O senador também lamentou que o projeto de lei de autoria de Kleinübing, que obrigava os governos estaduais a destinarem 50% dos recursos obtidos com a privatização de estatais para o pagamento da dívida pública, tenha sido considerado inconstitucional pelo Poder Judiciário, a pedido dos governadores.

O senador mato-grossense revelou ainda que, em conversas com Fernando Henrique Cardoso sobre o Senado, disse que, se o presidente convocasse um senador para o Ministério da Fazenda, o escolhido teria que ser Vilson Kleinübing.

Sala da comissão terá nome do senador catarinense

O plenário aprovou ontem requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) determinando que a sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) passe a se chamar “Sala Senador Vilson Kleinübing”. Para Cabral, o Senado precisa prestar uma homenagem permanente ao senador catarinense.

— Esta não é apenas uma homenagem dos senadores atuais, mas serve para que a posteridade indague o porquê. Verá então que está sendo homenageado um grande político. Os Anais desta Casa precisam registrar quem foi um dos seus mais brilhantes integrantes —



Bernardo Cabral

justificou Cabral.

Para o senador, Kleinübing deixa a lição de que “o homem público não vale pelo poder ou fortuna que acumula, mas pelo que produziu em favor da coletividade”. Cabral ressaltou também o intenso trabalho de Kleinübing na comissão parlamentar de inquérito que investigou a emissão irregular de títulos públicos.

O senador amazonense comentou que o nome do parlamentar falecido na última sexta-feira “carrega um paradoxo”, pois Kleinübing significa em alemão “pequeno artesão”.

— A vida traz o paradoxo de um pequeno artesão e um grande político — concluiu.

Maldaner enaltece a transparência

Para o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), Vilson Kleinübing ajudou a escrever um pedaço da história catarinense. Ele afirmou que, não somente no estado, mas também no Senado e sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Kleinübing tornou-se uma referência obrigatória.

Outro aspecto elogiado pelo senador foi a transparência de Kleinübing em todas as suas ações, inclusive na política.

— Mesmo suas estratégias eram sempre anunciadas às claras — disse.

Essa postura do senador, para Maldaner, valorizava o embate com integrantes dos demais partidos, como é o seu caso.

— Isso fazia com que dormíssemos menos, com que nos reuníssemos mais — ressaltou.



Casildo Maldaner

CAE

Programação monetária trimestral é aprovada

No parecer que conclui pela apresentação ao plenário de projeto de decreto legislativo favorável à previsão feita pelo governo para os três últimos meses do ano, o senador Osmar Dias elogia a defesa da moeda

O parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR), favorável à programação monetária do governo federal para o quarto trimestre de 1998, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com três votos contrários. O parecer, que conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando a programação, segue para votação no plenário do Senado.

Para Osmar Dias, as autoridades da área econômica do governo demonstram responsabilidade na programação apresentada, pois se preocupam em preservar o valor da moeda, defender o país de eventuais ataques especulativos internacionais e viabilizar o crescimento econômico nacional.

Pelo relatório encaminhado pelo Executivo, está prevista uma expansão nominal da oferta de moeda. Segundo as autoridades monetárias, os meios de pagamento, que servem como indicador para medir a oferta de moeda, devem ter crescimento de 7,2% em relação

ao último trimestre de 1997.

– As faixas de variação dos principais agregados monetários continuam centradas no objetivo de as-

– Vale lembrar que há possibilidades objetivas para a manutenção da trajetória de crescimento econômico com estabilidade. Todavia, o país continuará dependendo de capitais externos para o financiamento adequado dos seus déficits em transações correntes até que as reformas permitam elevar a taxa de poupança doméstica – concluiu Osmar.

Os senadores do PT na CAE, Eduardo Suplicy (SP), Lauro Campos (DF) e José Eduardo Dutra (SE), votaram contra o parecer de Osmar Dias.

As projeções são elaboradas a partir de estimativas de demanda por moeda, tendo como referência os saldos existentes nos trimestres anteriores e o cenário provável para a inflação, desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de juros, assim como os resultados da política fiscal e das transações comerciais e financeiras com o resto do mundo (intervenções do Banco Central no mercado de câmbio e no sistema financeiro). Nessa programação, foram contemplados também os impactos monetários decorrentes da reestruturação das dívidas estaduais.

Osmar Dias afirmou que a programação ajuda a defender o Brasil de ataques especulativos

segurar a estabilidade da moeda, especialmente nesse quadro de instabilidade financeira internacional – interpreta Osmar Dias.

No entanto, a previsão está condicionada ao comportamento da economia nacional, de acordo com variáveis internas e externas. No plano interno, a programação monetária depende, segundo Osmar, “do novo pacto federativo e da inevitável reestruturação tributária”. No plano externo, continua o senador, tudo vai depender da crise financeira internacional.



Piva (conversando com Jefferson e Cabral) considera “inadiável” a visita do ministro

Malan explica amanhã ajuste fiscal a senadores

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparece ao Senado nesta quinta-feira, atendendo a convite, para prestar esclarecimentos sobre o plano de ajuste fiscal em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP). A audiência está mar-

cada para as 10h.

Ainda não foi decidido se a reunião será na sala da CAE ou no plenário da Casa, já que o Senado tem sessão deliberativa marcada para o mesmo horário. Porém, Piva disse que a visita de Malan é “inadiável”. O convite ao ministro foi aprovado pela CAE no início de outubro, a partir de requerimento de iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Saúde contará com U\$ 265 milhões em empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois pareceres favoráveis a empréstimos para a área da saúde, num total de U\$ 265 milhões. Um dos pareceres, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), trata de empréstimo de U\$ 100 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) destinado ao financiamento parcial do projeto Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus). O outro, do senador Bello Parga (PFL-MA), refere-se à contratação de operação de crédito externo no valor de U\$ 165 milhões entre o governo brasileiro e o Bird, para o financiamento parcial do Projeto de Controle da Aids e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (Aids II).

Em relação ao Vigisus, o senador Ramez Tebet argumenta que, “embora a crise na área da saúde pública no país seja uma questão notória, não é demais enfatizar o recrudescimento de certas doenças e endemias, a exemplo da tuberculose, da hanseníase e da den-

gue, que denotam a precariedade e a deterioração das condições sanitárias atuais”.

Para o senador, a escassez de recursos pode levar ao agravamento do quadro. “Neste sentido, é indispensável a realização do projeto.” O Vigisus, explica o senador, objetiva atender à diretriz de descentralização traçada pelo Ministério da Saúde, principalmente das ações preventivas e de controle de doenças.

Já o projeto Aids II destina-se, informa o senador Bello Parga em seu parecer, a reduzir a incidência da doença entre a população que vive sob alto risco de infecção, priorizando mulheres, pessoas de baixa renda, adolescentes, indígenas e usuários de drogas. Pretende ainda melhorar a qualidade do atendimento oferecido aos doentes e fortalecer as instituições públicas e privadas dedicadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Crédito de R\$ 208 milhões ao Banestes tem parecer favorável

Dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao contrato de operação de crédito, no valor de R\$ 208 milhões, entre a União, o governo do Espírito Santo e o banco do estado (Banestes).

O parecer foi do senador Osmar Dias (PSDB-PR). Participaram da discussão da matéria técnicos do Banco Central e o presidente do Banestes, Deodete José Lorenção. Os recursos serão utilizados exclusivamente para o saneamento e a modernização tecnológica do Banestes, segundo o relator e o presidente do banco.

Em contrapartida, o estado se

compromete a arcar com responsabilidades do banco, tais como assumir o passivo atual da fundação de seguridade do Banestes, no valor de R\$ 147 milhões, e as dívidas junto à União, de R\$ 28 milhões.

As despesas de pessoal do governo do Espírito Santo correspondem a 65% da sua receita líquida real, segundo o relator da matéria. Essas despesas, acrescentou, vêm diminuindo nos últimos anos e o estado tem se esforçado para promover um ajuste fiscal consistente.

SANTA CATARINA

A CAE também aprovou parecer ao projeto de resolução dos senadores de Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB), Vilson Kleinübing (PFL) e Casildo Maldaner (PMDB), autorizando o

estado a adicionar a dívida do Tesouro local junto ao Instituto de Previdência estadual na operação de refinanciamento das dívidas mobiliárias e contratuais.

O Senado autorizou a rolagem das dívidas de Santa Catarina através da Resolução 70/98, mas, naquela época, a dívida referente ao Instituto de Previdência ficou de fora. Porém, o projeto da bancada catarinense não observou requisitos da Resolução 78/98, o que levou a CAE a aprovar emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) adequando o projeto às regras de tramitação das autorizações de renegociação de dívidas.

CAE

Empréstimos externos e ajuste fiscal motivam debate

O senador José Eduardo Dutra lembrou que a comissão apresentou parecer favorável a US\$ 805 milhões em créditos externos, no momento em que o país se empenha para ajustar as contas públicas

A tomada de empréstimos externos que vêm sendo aprovados no Senado, a pedido do Executivo, e as medidas de ajuste fiscal para o controle dos gastos públicos foram tema de debate entre os senadores durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizada ontem. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que, só na reunião de ontem, a CAE aprovou um total de US\$ 805 milhões – ainda dependendo de deliberação do plenário – em operações de crédito externo, no momento em que o país se empenha para ajustar as contas públicas.

Para o senador petista, todas essas operações de crédito deveriam ser discutidas pela comissão de uma forma global e não separadamente, por meio de cada projeto. Dutra disse que reconhece a importância dos projetos, geralmente destinados a captar recursos externos para relevantes obras de infra-estrutura, como, por exemplo, a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, mas teme que essas operações

complicuem o ajuste das contas públicas.

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra todos os projetos para captação de recursos externos, exceto o que se destina ao financiamento parcial do Projeto de Controle da Aids e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – Aids II. Ele afirmou que, por princípio, vota contra essas matérias, pois teme um aumento da dívida externa brasileira, como ocorreu em décadas passadas. O senador João Rocha (PFL-TO) manifestou preocupação com o endividamento dos estados e disse que o Senado deve impedir a rolagem de dívidas que já foram prorrogadas.

Em defesa dos projetos que solicitam operações de crédito externo, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) explicou que organizações como o Banco Mundial só aprovam tais financiamentos para países que estejam com as finanças em ordem. Ele observou que essas organizações fazem uma análise minuciosa para a contratação

de empréstimos.

Para Amin, é preciso separar a questão desses financiamentos externos, que ajudam a melhorar a saúde financeira do país tomador, das operações de antecipação de receitas orçamentárias e lançamento de debêntures, feitas pelos estados e municípios. Essas operações, acrescentou, é que devem ser evitadas, pois são as responsáveis pelo alto endividamento público, e estão agora submetidas a regras mais rígidas estabelecidas pela Resolução nº 78, aprovada pelo Senado, matéria da qual foi relator.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) também defendeu os empréstimos externos. Para ele, é preciso distinguir esses empréstimos, despesas transitórias, das fontes permanentes de gastos do governo federal.

– O governo quer justamente que essas fontes permanentes de despesas e desequilíbrios das finanças públicas sejam ajustadas – afirmou o senador.

US\$ 805 MILHÕES EM EMPRÉSTIMOS

CAE deu parecer favorável ontem a cinco projetos de financiamento externo

US\$ 300 milhões (Eximbank - Japão)	para o projeto de interligação elétrica Norte-Sul	
US\$ 180 milhões (Eximbank - Japão)	para o projeto de modernização e ampliação da rodovia Fernão Dias	
US\$ 165 milhões (Banco Mundial)	para o projeto de controle da Aids	
US\$ 100 milhões (Banco Mundial)	para o projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus)	
US\$ 60 milhões (Banco Europeu de Investimento)	para a construção do gasoduto Bolívia-Brasil	

Gasoduto Bolívia-Brasil disporá de US\$ 60 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprovou, na reunião de ontem, parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a mensagem do Executivo solicitando autorização para contratar operação de crédito externo no valor de 55 milhões de ECU (Unidades Monetárias Europeias) até o limite de US\$ 60 milhões, para financiar parte do projeto de construção do gasoduto Bolívia-Brasil.

A operação de crédito será feita entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e o Banco Europeu de Investimento (BEI). O prazo do financiamento é de 20 anos, com período de desembolso de cinco anos após a assinatura do contrato. O pagamento do principal, de acordo com a proposta, será feito em 30 parcelas semestrais, sendo que a primeira vence no dia 15 de dezembro de 2003 e a última no dia 15 de junho de 2018.

O projeto vai propiciar o desenvolvimento de um mercado interno para o gás natural, com diversificação da matriz energética, além de atender à crescente demanda de energia na região Centro-Sul do país,

segundo Osmar Dias.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que esse projeto é uma das obras mais importantes de infra-estrutura do país, que proporcionará energia elétrica mais abundante e desenvolvimento para o Centro-Sul. Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e José Eduardo Dutra (PT-SE) também elogiaram o projeto, embora Dutra tenha questionado a tomada de empréstimos externos no momento em que o país promove um duro ajuste fiscal.

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra o projeto, alegando que tem posição contrária a qualquer pedido de empréstimo externo.

A comissão aprovou também parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) a mensagem do Executivo que solicita autorização da elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A ECT pretende contratar operação de crédito no valor de US\$ 25,4 milhões junto à IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.

Leia mais sobre a reunião da CAE na página 7

Duplicação da Fernão Dias terá US\$ 180 milhões

A rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, deve obter mais R\$ 180 milhões para obras de modernização e duplicação. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) favorável à solicitação do presidente da República para contratar operação de crédito com essa finalidade junto ao The Export-Import Bank of Japan (Eximbank/Japão). O pedido de financiamento segue para votação no plenário do Senado em regime de urgência.

Os senadores do PT na CAE, Eduardo Suplicy (SP), Lauro Campos (DF) e José Eduardo Dutra (SE), votaram pela realização de diligências para dirimir dúvidas quanto à aplicação dos recursos na obra. Esse voto em separado também será submetido à deliberação do plenário.

A duplicação da rodovia (BR-381) faz parte do projeto Brasil em Ação e foi orçada em US\$ 550 milhões. Os recursos financiados pelo Eximbank deverão compor a contrapartida nacional ao empréstimo de US\$ 275 milhões contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A operação de crédito junto ao



Ramez Tebet apresentou parecer favorável ao financiamento japonês

Eximbank também recebeu pareceres favoráveis da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional, considerando que há margem nos limites de endividamento da União para contratar o financiamento.

– O projeto vem atender à antiga necessidade de duplicação da rodovia, de intenso movimento, o que certamente contribuirá para a diminuição do número de acidentes e dos custos de transporte. A par disso, a operação de crédito é coerente com a política de captação de

recursos externos e o investimento feito terá retorno por intermédio da cobrança de pedágio – relatou Tebet.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) considera que o empréstimo é fundamental para a continuidade das obras, que já se encontram em estágio avançado, com vários trechos inaugurados.

INFORMAÇÕES

O voto em separado apoiado pelos senadores do PT determina que a diligência solicitada deve esclarecer qual o total já desembolsado, com as respectivas datas, tanto pelo BID, quanto pela União e governos de Minas Gerais e São Paulo.

– O parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, de setembro de 1998, apresenta inconsistências entre os valores da contrapartida a ser dada pelo estado de São Paulo – justifica Suplicy.

Segundo ele, os gastos com os serviços de gerenciamento, supervisão e meio ambiente, que deveriam ter sido limitados a 5% do valor da obra, podem ter extrapolado esse orçamento. Para Suplicy, essas dúvidas evidenciam a ausência de transparência nas informações prestadas ao Senado Federal.